

RH.
À Unidade de Apoio Legislativo
na direção provincial.
07/11/2017


Câmara de Pelotas - 07 - Nov - 2017 - 10:11 - 007095-1/2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DA PREFEITA

Pelotas, 06 de novembro de 2017.

MENSAGEM RETIFICATIVA Nº 003/2017.

Câmara Municipal de Pelotas	
Documento Protocolado	
Sob Nº	7095
Em	07/11/17
	
Responsável	

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, o qual altera a Mensagem nº 047/2017, que revoga os benefícios e isenções relativas ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, em consonância com a determinação contida na Lei Complementar Federal nº 157/2016.

Dessa forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo em regime de urgência, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,


Paula Schild Mascarenhas
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.
Luiz Henrique Cordeiro Viana
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DA PREFEITA
PROJETO DE LEI

Altera o Projeto de Lei da Mensagem nº 047/2017, que revoga os benefícios e isenções relativas ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, em consonância com a determinação contida na Lei Complementar Federal n.º 157/2016, e dá outras providências.

A PREFEITA DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

Art. 1º Altera o Projeto de Lei da Mensagem nº 047/2017, que revoga os benefícios e isenções relativas ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, em consonância com a determinação contida na Lei Complementar Federal nº 157/2016.

Art. 2º O artigo 20 do Projeto de Lei da Mensagem n.º 047/2017, passa ter a seguinte redação:

(...)

Art. 20 Ficam revogados o inciso I, do § 3º do art. 3º da Lei 5.100, de 26 de janeiro de 2005, os §§ 2º e 4º do art. 5º, os arts. 14 e 17 e incisos II, III, IV, VII e VIII do art. 18 da Lei 5.147, de 25 de julho de 2005, a Lei 5.437, de 08 de abril de 2008, a Lei 5.151, de 25 de julho de 2005, a Lei 5.376, de 27 de setembro de 2007, a Lei 5.534, de 31 de dezembro de 2008 e a Lei 2.876, de 28 de dezembro de 1984.

Gabinete da Prefeita de Pelotas, em 06 de novembro de 2017.

Paula Schild Mascarenhas
Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA MENSAGEM RETIFICATIVA DO PL Nº 047/2017

A Mensagem n.º 047/2017, ora retificada pela presente, refere que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 156, inciso III, atribuiu aos municípios a competência para instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza, a serem definidos em lei complementar.

Em 31 de julho de 2003, foi publicada a Complementar Federal n.º 116, que dispôs acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, instituindo a base normativa do referido imposto.

Com efeito, em 29 de dezembro de 2016, foi publicada a Lei Complementar Federal n.º 157, a qual objetivando pôr fim à guerra fiscal entre os entes federados, determinou a revogação de todas as isenções, incentivos, benefícios tributários ou financeiros relativos ao ISSQN. Portanto, visando adaptar a legislação municipal ao comando normativo federal foi encaminhado o texto original do Projeto de Lei relativo à Mensagem n.º 047/2017.

Ocorre que, a determinação contida Lei Complementar Federal n.º 157 é ampla e irrestrita, ou seja, não podem subsistir isenções e benefícios tributários concedidas ao ISSQN, salvo nos moldes e de acordo com as exceções determinadas na própria lei complementar, as quais são objeto de estudo por parte da Administração Pública, visando a instituição de um programa geral de incentivos tributários.

Estabelecido o contexto, cabe ressaltar que, por equívoco, o Poder Executivo deixou de fazer constar no art. 20 do Projeto de Lei ora retificado a determinação expressa de revogação da Lei Municipal n.º 2.876, de 28 de dezembro de 1984, que autoriza a concessão de isenção de impostos a taxistas proprietários de um único taxi, a qual não pode subsistir, em função do comando legal contido na lei complementar supracitada.

Por fim, cabe ressaltar que as modificações propostas na legislação municipal tem como objetivo o cumprimento das disposições contidas na Lei Complementar Federal n.º 157, sendo que a manutenção dos referidos benefícios e isenções, além do prazo fixado pela lei, constitui ato de improbidade administrativa, conforme estabelecido no art. 10-A da Lei Federal n.º 8.429/1992.

